



Anais da Assembléia

N.º 12

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 11 DE MARÇO DE 1977.

ANO III

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 8.ª LEGISLATURA ATA DA 12.ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 11 DE MARÇO DE 1977. SEXTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Ivo Thomazoni, secretariada pelos Senhores Deputados Quielse Crisóstomo e Rosário Pitelli.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Ivo Thomazoni, Jurandir Messias, Ernesto Gnoato, Quielse Crisóstomo, José Domingos Scarpelini, Ivan Rüppel, Rosário Pitelli, Accioly Neto, Adalberto Daros, Agui-naldo Pereira Lima, Alfredo Gulin, Antônio Facci, Aragão de Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Dácio Leonel, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Domício Scaramella, Edilson Alencar, Egon Pudell, Enéas Faria, Ernesto Dal' Oglio, Ezequias Losso, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gilberto Carvalho, Hélio Manfrinato, Jayme Rodrigues Carvalho, João Fadel, Jorge Sato, Lázaro Dumont, Lineu Turra, Lúcio Machado, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Roberto Soares, Maurício Fruet, Muggiati Filho, Nelson Buffara, Nilso Sguarezi, Osvaldo Macedo, Otássio Pereira, Paulo Camargo, Renato Bernardi, Trajano Bastos, Valter Pietrângelo, Waldenício Barbalho, Werner Wanderer e Wilson Fortes (54).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) – Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º Secretário – Procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO – procede à leitura do seguinte:

EXPEDIENTE:

MENSAGENS:

Mensagem número 25/77 Curitiba, 04 de março de 1977
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 20 de janeiro de 1977, entre o Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública e o município de MARILUZ, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Mensagem número 26/77 Curitiba, 04 de março de 1977
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Convênio celebrado em 13 de dezembro de 1976, pelo

Governo do Estado, através da Secretaria de Segurança Pública, com o município de CALIFÓRNIA, objetivando estabelecer normas de mútua cooperação no sentido do fornecimento de equipamentos para a Delegacia de Polícia local, mediante aplicação de dotações do FUNRESPOL e verbas do orçamento do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça

Mensagem número 27/77 Curitiba, 04 de março de 1977
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo Aditivo de 20 de janeiro de 1977, ao Convênio celebrado em 29 de agosto de 1975, pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Segurança Pública e do Interior, com o município de RIO BOM, objetivando a construção de prédio destinado à Delegacia de Polícia e Cadeia Pública na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem número 28/77 Curitiba, 04 de março de 1977.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re-ratificação datado de 26/01/77, ao Convênio celebrado em 30 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de FLORAI, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça

Mensagem número 29/77 Curitiba, 04 de março de 1977
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio

celebrado em 30 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado e o município de JANDAIA DO SUL, objetivando a execução de obras de combate à erosão urbana, na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

À Comissão de Constituição e Justiça

Mensagem número 30/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de re- ratificação, datado de 03/12/76, ao Convênio celebrado em 09 de junho de 1976, entre o Governo do Estado e o município de NOVA OLÍMPIA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana no referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça

Mensagem número 31/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 10 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado e o município de MARIA HELENA, objetivando a execução de obras de controle da erosão urbana na sede do referido município.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa, o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem número 32/77

Curitiba, 04 de março de 1977

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 26 de outubro de 1976, pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Saúde e do Bem-Estar Social, com o município de Curitiba, objetivando a execução de programa de atendimento às vítimas da explosão de dinamite, ocorrida em 02 de setembro de 1976, no bairro do Cabral, desta Capital.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem número 33/77

Curitiba, 04 de março de 1977

Senhor Presidente,

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 11 de outubro de 1976, entre a Superintendência do Desenvolvimento da Região Sul — SUDESUL e o Estado do Paraná, através da Secretaria do Planejamento, objetivando a realização, em colaboração financeira com o Estado, de vinte e quatro (24) cursos de treinamento no âmbito da Administração Municipal, no Estado do Paraná.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem número 34/77

Curitiba, 04 de março de 1977

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 14 de dezembro de 1976, entre o Governo do Estado e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária — INCRA, objetivando a realização de ação conjunta do referido Instituto e da COMEC, com vistas ao desenvolvimento urbano da Região Metropolitana de Curitiba.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça

Mensagem número 35/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Convênio celebrado em 03 de janeiro de 1975, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento (Programa Paranaense de Treinamento de Executivos) e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Programa Nacional de Treinamento de Executivos), com a interveniência da Universidade Estadual de Londrina e da Sociedade Paranaense de Estudos de Administração, objetivando regular a aplicação do recurso destinado aos referidos programas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem 36/77

Curitiba, 04 de março de 1977.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênio de 03 de janeiro de 1975 e respectivo Termo Aditivo datado de 10 de dezembro do mesmo ano, celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento (Programa Paranaense de Treinamento de Executivos) e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Programa Nacional de Treinamento de Executivos), com a interveniência da Universidade Federal do Estado do Paraná, da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, objetivando regular a aplicação de recursos destinados aos referidos programas.

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

Ja— JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem número 37/77 Curitiba, 04 de março de 1977
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica de convênio, celebrado em 02 de janeiro de 1976, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Planejamento (Programa Paranaense de Treinamento de Executivos) e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República (Programa Nacional de Treinamento de Executivos), com a interveniência da Federação da Agricultura do Estado do Paraná e da Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, objetivando regular a aplicação de recursos destinados aos referidos programas.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem número 38/77 Curitiba, 04 de março de 1977.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados pelo Governo do Estado, abaixo especificados, objetivando a execução de reparos em próprios estaduais:

MUNICÍPIO DATA DA CELEBRAÇÃO

Arapoti	21/10/76
Foz do Iguaçu	08/10/76
Terra Rica	12/10/76
Rondon	10/05/76

O interesse público na aprovação das medidas ora submetidas à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem número 39/77 Curitiba, 04 de março de 1977
Senhor Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de Convênios celebrados em 8/4/76 e 13/4/76, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação e da Cultura e o Ministério da Educação e Cultura, objetivando a concessão de bolsas de estudos a alunos de Ensino Especial e de primeiro grau, no ano de 1976.

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

Mensagem número 54/77 Curitiba, 08 de março de 1977
Senhor Presidente.

Aditando o anteprojeto de lei anexo à Mensagem número 52, de 04 do corrente mês de março, na mesma data encaminhada a essa augusta Casa de Leis, solicito a Vossa Excelência as providências que se fizessem necessárias no sentido de que sejam substituídas, na parte final da Tabela VI, do Anexo I, do referido anteprojeto, as expressões “30 . . . 4.493,00” por “30 . . . 4.943,00”.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de estima e consideração.

(a) JAYME CANET JÚNIOR

Governador do Estado

À Comissão de Constituição e Justiça.

REQUERIMENTO:

REQUERIMENTO:

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer seja dado ciência ao Senhor Presidente do INCRA, em Brasília, Secretário da Agricultura de nosso Estado e a Câmara Municipal, de Jandaia do Sul, do pronunciamento que fiz em oito do corrente mês, referente a Cooperativa de Jandaia do Sul, com envio de cópia do referido pronunciamento.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1977

(a) GILBERTO CARVALHO.

PROJETO DE LEI:

Projeto de Lei número 14/77

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — É declarado de utilidade pública o Instituto Cultural Brasileiro-Germânico, com sede nesta Capital.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1977

(a) LUIZ ROBERTO SOARES.

JUSTIFICATIVA:

A entidade acima, tem por finalidade promover, incentivar e favorecer o intercâmbio cultural entre o Brasil e a Alemanha, especialmente, no domínio das ciências, letras e artes.

Inegavelmente, presta à comunidade relevantes serviços no campo da cultura. Pela documentação anexa, verifica-se que a mesma não visa lucros ou dividendos. A sua Diretoria não é

munerado, está em atividade há vários anos, preenchendo, assim, todos os requisitos legais para que seja declarada de utilidade pública, razão por que apresentamos o presente plano de lei à consideração dos ilustres pares, esperando o seu apoio e aprovação.

O SR. PRESIDENTE — (Ivo Thomazoni) — Está finda a leitura do Expediente.

Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel, primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente. (AUSENTE).

Com a palavra o Sr. Deputado Renato Bernardi, segundo orador inscrito.

O SR. RENATO BERNARDI — Sr. Presidente, nobres Deputados.

Estamos recebendo um expediente da Câmara Municipal de Maringá, subscrito pelo Sr. Hilário Oliveira, que, além de ser Vereador há seis anos, foi também Secretário Municipal de Educação e Cultura, e, ele faz algumas denúncias.

Pedimos à consideração desta Casa para que estas denúncias, anexadas ao nosso requerimento, sejam encaminhadas ao Sr. Secretário de Educação. (LÊ):

“Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, usando de suas atribuições regimentais, requer à Mesa, seja encaminhado ao Senhor Secretário da Educação e Cultura do Paraná, o retrato da situação em algumas escolas de Maringá, solicitando as providências cabíveis.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1977.

(a) RENATO BERNARDI.

JUSTIFICATIVA:

O vereador é o político mais diretamente ligado aos problemas diários, constantes e rotineiros da população.

O nobre vereador Tércio Hilário de Oliveira, ex-Secretário Municipal de Educação do município, tanto pela sua condição de vereador, como de homem ligado aos problemas da Educação, vem fazer um relatório que deve merecer das autoridades estaduais e melhor acatamento, principalmente porque suas denúncias terminam comprovando violenta distorção da Lei 5692 que colimou objetivos bem diversos do quadro pintado no expediente anexo.

Ainda, segundo informações telefônicas obtidas em Maringá, há unidade escolares com capacidade ociosa, ao passo que em diversas outras, esquecido o preceito da obrigatoriedade e gratuidade do ensino para a faixa etária dos 7 aos 14 anos, observa-se lamentável deficiência de vagas, como bem denunciou nesta Casa, o Deputado Antônio Facci.”

Ao ler, Sr. Presidente, a justificativa apresentada por este membro da Câmara Municipal de Maringá, chegamos à conclusão que alguma coisa anda errada no planejamento educacional feito para diversas inspetorias regionais de Ensino no Paraná, especialmente no interior do nosso Estado.

O quadro hoje em Maringá apresenta-se com escolas funcionando até com quatro períodos, ao passo que há escolas também com as suas salas totalmente vazias em alguns períodos, especialmente em período vespertino.

É evidente que esta situação preocupa fundamentalmente os homens ligados ao debate dos problemas que dizem respeito tão diretamente a um assunto tão palpitante como este da Educação.

E, observamos em Maringá que a Lei 5592, que pretendeu implantar a reforma do ensino em nosso Estado, observa basicamente aquela evolução natural biológica e psicológica da criança, desde os sete anos de idade, até o terceiro ano do segundo grau.

Para isto, as quatro primeiras séries foram entregues

às professoras com o padrão primário, as quatro séries do primeiro grau foram distribuídas a professores na fórmula tradicional do padrão efetivo do ensino médio, ou na distribuição das aulas suplementares, e parece no entanto, que, hoje a remuneração do magistério no Paraná está tão aviltada, está tão diminuída e tão esvaziada que em algumas escolas estão dando preferência, numa violentação à Lei 5692, estão dando preferência às matrículas de alunos de quinto, sexto, sétimo e oitavo períodos porque são . . .

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Devo informar a V. Exa. que o tempo de que dispunha está esgotado, mas concedo um minuto para V. Exa. concluir.

O SR. RENATO BERNARDI — Concluirei. Dando prioridade a este tipo de matrícula que, evidentemente, possibilitará ao corpo docente médio, desempenho das aulas suplementares.

Sr. Presidente, nobres Srs. Deputados. Daqui a alguns anos estaremos contristados assistindo ao novo panorama sócio, cultural do Paraná em decorrência exatamente da aplicação que se faz da Lei 5692.— (SEM REVISÃO DO ORADOR).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Concedo a palavra ao Sr. Deputado Fidelcino Tolentino. (AUSENTE). Concedo a palavra ao Sr. Gabriel Manoel. (AUSENTE) Concedo a palavra ao Sr. Renato Bernardi.— (PAUSA)

A Presidência consulta o Sr. Deputado Renato Bernardi se deseja usar da palavra.

O SR. RENATO BERNARDI — Declino, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Roberto Soares, constante do expediente.

Necessita de apoio.— APOIADO.— Irá à Comissão de Constituição e Justiça.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

PRIMEIRA DISCUSSÃO — do Projeto de Lei 130/76, de autoria do Deputado Ivo Thomazoni, que declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS EMISSORAS DE RÁDIO DIFUSÃO DO PARANÁ — AERP, com sede na cidade em que residir o Presidente da mesma, e foro na capital do Estado. Parecer favorável da CCJ., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA.— Aprovado.

Projeto de Lei número 130/76.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A:

Art. 1.^o — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DAS EMISSORAS DE RÁDIO DIFUSÃO DO PARANÁ — “AERO”, com sede na cidade em que residir o Presidente e foro na Capital do Estado.

Art. 2.^o — Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de novembro de 1976.

(a) IVO THOMAZONI.

JUSTIFICATIVA:

A Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná — é uma entidade que tem por objetivo integrar a radiodifusão do

Estado, promovendo a defesa da democracia e da livre iniciativa, pugnando pela observância dos princípios constitucionais da liberdade de difusão e programação e da liberdade de expressão do pensamento.

Representando a classe, defendendo os direitos dos concessionários e permissionários, assim como o livre exercício de suas atividades, dentro das garantias legais, além de inúmeras outras medidas, visando alcançar os seus elevados objetivos.

Pelos relevantes serviços que presta à comunidade, que tem na difusão um dos mais autênticos meios de garantia de suas liberdades: é que propomos o presente plano de lei, para o qual contamos com o apoio de nosso Pares.

Obs.: Anexo exemplar Estatutos.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei número 130/76

De autoria do nobre Deputado Ivo Thomazoni, visa o presente projeto de lei declarar de utilidade pública a Associação das Emissoras de Radiodifusão do Paraná — AERP, com sede na cidade em que residir o Presidente e foro na Capital do Estado.

Sem dúvida, a entidade acima presta inestimáveis serviços à sua comunidade, especialmente no campo da radiodifusão. Não visa a mesma lucros e os membros da sua Diretoria não percebem qualquer remuneração. Assim, preenche os requisitos essenciais exigidos pela legislação federal e estadual que regula a matéria.

Nestas condições, como não existe impedimento algum de ordem constitucional ou legal que possa obstar a sua tramitação normal pela Casa, nosso parecer é pela sua aprovação.

Sala das Comissões, em 30 de novembro de 1976.

(aa) ACCIOLY NETO — Presidente

ENÉAS FARIA — Relator

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente, solicitando seja dado ciência ao Sr. Presidente do INCRA, ao Sr. Secretário da Agricultura e Câmara Municipal de Jandaia do Sul, do pronunciamento feito pelo autor da presente, no dia 08 do corrente mês, referente à Cooperativa de Jandaia do Sul. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Renato Bernardi, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado ao Sr. Secretário da Educação e Cultura, ponderações referentes à situação em algumas escolas de Maringá, encarecendo as providências cabíveis. — APROVADO.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, constante do expediente de sessão anterior, com a sua discussão adiada, na forma do art. 150 do Regimento Interno, solicitando seja encaminhada sugestão ao Sr. Presidente do INPS, no sentido de que seja estudada uma forma de conceder aos municípios, a anistia dos juros moratórios, multas e correção monetária sobre os débitos dos mesmos para com o INPS. — Em discussão.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Para discutir, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a palavra V. Exa.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Conhecíamos na campanha de 74 o Deputado Augusto Carneiro, combativo representante que agora chega a esta Casa, da região de Campo Mourão. Sabíamos, de antemão, que a sua vinda para cá viria abrilhantar os trabalhos da Assembléia Legislativa do Paraná e que assuntos de alta importância seriam levantados por este ilustre parlamentar.

Em sua primeira manifestação, ele nos traz o pedido para que o INPS conceda anistia de juros, multas e correção monetária sobre os débitos das Prefeituras Municipais. Pedimos ontem para discutir o requerimento, não com o objetivo de contestar, mas para deixar também, ao lado do pedido do Deputado

Augusto Carneiro a nossa voz, a nossa participação nesta matéria de tão grande importância.

É sabido que as Prefeituras Municipais não só do Paraná, mas quicá de todo o Brasil quase que em sua totalidade estão em dívida com o INPS. Vejam os Senhores, existem Prefeituras deste Estado que desde a criação dos municípios não recolheram, um só mês a sua cota devida ao INPS.

Críticas foram feitas durante a campanha eleitoral de 76. O MDB foi para as ruas, dizendo a toda voz, que o empobrecimento dos municípios brasileiros era tão grande, que era necessário que o povo agora colocasse nas Câmaras e nas Prefeituras, homens da oposição, para não apenas aceitar as determinações que vinham do partido do governo, mas também clamar e gritar em nome dos municípios, para que a política governamental com referência aos municípios fosse modificada. O nobre Deputado Augusto Carneiro, diz em um dos tópicos de sua justificativa, que “o Governo Federal, com o propósito louvável de corrigir desequilíbrios regionais, evitar abusos, “isto é importante” desestimular e coibir despropósitos administrativos, acabou por invadir áreas que tradicionalmente, estavam colecionadas na esfera da autonomia municipal”. É uma denúncia que faz um deputado da própria ARENA, dizendo que os nossos municípios estão deveras sem nenhuma autonomia mais. Tanto que quanto ao próprio serviço de abastecimento de água por exemplo, hoje, com o pretexto do plano nacional de saneamento, passaram sob a administração da SANEPAR no Paraná, quase todos os municípios de nosso Estado, com exceção de alguns, que resistiram à idéia, “sob a administração da SANEPAR”, dizendo-se que distribuir-se-ia em todo o Estado, serviços de água potável, de melhor condições e para toda a população urbana.

E o que nós vemos, é inteiramente diferente. Administrada à distância, sem conhecimento dos problemas locais, nos municípios, esses serviços passaram a ser de péssima qualidade, sem nenhuma melhoria. Este é um aspecto de empobrecimento municipal. O Prefeito passa a ser muito mais, um delegado do Governo em cada município, do que um administrador da sua comunidade.

Nós aproveitamos para solicitar ao Deputado, autor da matéria, que autorize à Mesa, a incluir como destinatários, não apenas, o Presidente do INPS, mas que cópia de sua sugestão, que cópia de seu requerimento, seja enviada a todos os deputados federais de nosso Estado, bem como, aos senadores da ARENA e MDB, para que este seu trabalho possa se transformar quem sabe, em tese nacional a ser defendida.

Concedo o aparte ao Deputado Valter Pietrângelo. O Sr. Valter Pietrângelo — Agradeço Deputado Facci, e,

eminente Deputado, uso a palavra para concordar inteiramente com o raciocínio de V. Exa., como também com a matéria, acertada, proposta pelo nobre Deputado Augusto Carneiro.

V. Exa. aborda realmente um assunto prioritário, que deveria preocupar inteiramente o nosso Congresso, as nossas Assembléias Legislativas, o Poder Executivo, e muito mais, Sr. Deputado, as próprias Prefeituras, e mais ainda, os órgãos que representam a classe.

Lembro-me que naquele memorável Congresso realizado em Caiobá no ano passado, quando esteve presente o nosso Presidente, o Presidente do nosso Partido, Deputado Ulisses Guimarães, em seu pronunciamento, o Presidente do MDB desfraldou a bandeira do municipalismo. Convocou-nos para que durante a campanha eleitoral, prestes a iniciar, nós levássemos esta Mensagem.

Há poucos dias, Sr. Deputado, aí dessa tribuna, ao analisarmos a eleição que será feita no dia 14, para completar os quadros dos novos dirigentes da Associação dos Municípios do Paraná, nós criticávamos exatamente a atitude discriminatória que está norteando aquela entidade representativa, onde os Prefeitos do MDB estão sendo sumariamente substituídos, eli-

minados. E dizíamos que isto aí poderia até decretar a falência do municipalismo paranaense ou consequências desastrosas para as nossas comunidades.

É com grande satisfação que vejo agora, motivados pela matéria, V. Exa. e o Deputado Augusto Carneiro, brilhantemente, convocarem esta Casa, proporem que o apelo seja levado às Casas Legislativas mais altas da Nação esse apelo do municipalismo.

Efetivamente que o INPS atualmente está até em boas condições financeiras. Mas já há projeções a indicar que, a partir de 1980 o INPS poderá até ser um Instituto de Previdência, deficitário. Mas, é fundamental que a situação econômica do município realmente é terrível; não só pela partilha do valor, quando o município recebe pouco mais de 5 por cento daquilo que gera, mas também pela má organização do Imposto de Circulação de Mercadorias, a concentrar-se nas grandes cidades, prejudicando sensivelmente, subjugando de forma inadmissível, as pequenas comunidades.

Pois bem, Deputado, parabéns pela sua disposição. Faço votos que V. Exa., como também o Deputado Augusto Carneiro, possam pesquisar, aprofundarem-se no assunto, e, juntos, creio que contando com a participação de todos os companheiros desta Casa, nós haveremos de lutar para que o município paranaense, para que o município brasileiro possa ter dias melhores.

Era o aparte que queria oferecer a V. Exa.
O SR. ANTÔNIO FACCI — Agradeço o aparte do nobre Deputado Valter Pietrângelo.

Sabemos também de sua preocupação pessoal, de seu trabalho, de sua luta, em fazer com que nossos municípios possam se não voltar a ter a autonomia que tinham, pelo menos reconquistar alguma coisa para conseguir que seus prefeitos, que seus administradores, sejam realmente prefeitos.

Diz o Deputado autor, em outro tópico da justificativa: (Lê):

“Não raras vezes, administrações pretéritas por carência de pessoal, de orientação adequada ou de leis, ignoraram por completo as obrigações para com a previdência social”.

Afirmo, nobre Deputado, não foram essas as razões que determinaram que as Prefeituras não recolhessem o INPS, mas, sim, absolutamente a falta de recursos. Todos os ex-prefeitos e seus assessores, sabiam das dívidas, e muitas vezes, para alcançarem financiamentos, as confessavam e pediam o parcelamento. Concedido o parcelamento, pagos três meses de suas dívidas, eles alcançavam a tão sonhada certidão de regularidade. Obtida essa certidão, não mais voltavam a recolher, porque não havia recursos, em seus cofres, para isso. E a situação continuava cada dia mais difícil, cada vez pior, para as Prefeituras conseguirem pagar seus débitos.

Existem casos, no Paraná, que se a Prefeitura for pagar os débitos que têm, não somente com o INPS mas, com o Fundo de Garantia —, pois parece-me que recolhem apenas o PIS e PASEP — teriam que absorver a quase totalidade de seu Orçamento.

É essa a difícil situação dos municípios brasileiros.

Quero salientar novamente, Sr. Presidente, que com a aquiescência do autor da matéria, seja este requerimento enviado a todos os nossos Srs. Deputados federais, do MDB e da ARENA, bem como a nossos Senadores, para que a matéria seja transformada em tese nacional, para melhoria das condições de nossos municípios.

O Sr. Augusto Carneiro — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento).

Inicialmente, nobre Deputado, quero agradecer as palavras elogiosas que V. Exa., brilhantemente Deputado, fez a nosso respeito.

Também quero agradecer o interesse e a preocupação do ilustre Deputado em sanar um dos mais sérios problemas que

afligem, como bem disse, não só municípios da região que representamos, mas todos os municípios brasileiros.

Ainda, para esclarecimento que, ontem, na minha alocução, não me foi possível fazer, queria dizer, e deixar bem claro nesta Casa, que, em seguida à justificativa que apresentamos dizendo que os débitos que os municípios tinham, passavam de administração para administração, os débitos que cada Prefeito que assume sua função deixa, ou deixou de pagar, isto é porque já recebia um débito altíssimo, fora das condições, dos recursos do município, para que fossem saldados.

Em nossa justificativa também dissemos dos grandes serviços que o INPS tem prestado ao povo brasileiro, embora com algumas dificuldades que tem, e que nesta Casa já foram abordadas, ainda não pode dar um atendimento cem por cento ao nosso povo.

Mas, em resumo, o INPS tem atendido e alguns milhões de brasileiros têm se beneficiado com esse atendimento previdenciário.

Dissemos isso em nossa justificativa. Também colocamos, em nossa justificativa, que deveria — se necessário — ser recorrido aos interesses federais, à Câmara Federal, porque acreditamos que nossos representantes federais têm o mesmo entusiasmo, o mesmo conhecimento das dificuldades que atravessam os nossos municípios, para que lá, na Câmara Federal, nossos representantes possam também levar a voz que nasce aqui no Paraná, para o Brasil inteiro, para que possam os Prefeitos verem amenizados seus sérios problemas.

Portanto, concordamos perfeitamente com a sugestão feita por V. Exa.

Concordamos e aceitamos de que seja inserido no nosso requerimento com a minha anuência e, por sugestão de V. Exa., que seja também levado ao conhecimento dos nossos representantes federais, e até dos nossos Senadores; porque eles, estudando, aprimorando cada vez mais esta nossa intenção, poderão juntamente conosco, chegar a bom termo para alegria dos administradores municipais do nosso País.

Muito obrigado.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Muito obrigado pelo aparte, nobre Deputado, e pela aquiescência à nossa sugestão.

Realmente V. Exa. tem razão. O INPS atende uma parte da população brasileira e seus segurados. Não sem ter que enfrentar filas intermináveis. Quanta gente fica madrugadas a dentro à espera da autorização para uma consulta. No entanto, não é este o aspecto e não é este o problema em foco. Nós voltaremos, quem sabe, em outra oportunidade, para tratar e discutir sobre este aspecto do atendimento da Previdência Social.

O que nós pretendemos hoje é, ao apoiar o seu requerimento, deixar a nossa participação e nossa congratulação com ele, para que V. Exa. saiba que, quando a iniciativa é em favor dos interesses de nosso Estado, de nosso município e de nossa gente, não importa que ela seja da ARENA ou do MDB muito menos se ela parte de um Deputado que disputa conosco a mesma região, ou não. As iniciativas louváveis serão sempre por nós apoiadas.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Continua em discussão o requerimento do Sr. Deputado Augusto Carneiro.

A Presidência consulta o eminente Deputado Antônio Facci, sobre se deseja validar a sugestão de que o requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro seja, além de apelo formulado ao Exmo. Sr. Presidente do INPS, Instituto Nacional de Previdência Social, também encaminhado para os membros das duas bancadas do Congresso Nacional.

O SR. ANTÔNIO FACCI — Sr. Presidente, é esta a nossa sugestão. Já teve a aquiescência.

O SR. PRESIDENTE (Ivo Thomazoni). — Com a aquiescência do autor, a Presidência solicita que V. Exa. emende, ou adite o requerimento por escrito, para ser apreciado pelo Plenário.

rio. Esta Presidência aguarda que V. Exa. encaminhe por escrito.

(É encaminhado à Mesa, o seguinte requerimento):

“Sênhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, requer após ouvido o Plenário, seja incluso no requerimento do Sr. Deputado Augusto de Oliveira Carneiro a proposição de que além de seu requerimento solicitando anistia de juros moratório, multas e correção monetária sobre os débitos das Prefeituras para com o INPS, fixando-se um prazo para a liquidação dos mesmos ser enviado ao Sr. Presidente do INPS, o seja também aos ilustres Senadores do Paraná bem como aos Senhores Deputados Federais de nosso Estado das duas bancadas, objetivando a atenção dos mesmos para o problema.

Sala das Sessões, em 11 de março de 1977.

(a) ANTÔNIO FACCI”

Em votação o requerimento de autoria do Sr. Deputado Augusto Carneiro, ressalvada a emenda. — APROVADO.

Em votação a emenda. — APROVADA.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei número 120/76.

Levanta-se a sessão.

DECRETOS LEGISLATIVOS:

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 78/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo número 115/75, de 05 de março de 1975, que designou o funcionário ISMAR DELLAGASA PASSOS, matrícula número 263, ocupante do cargo de nível PL “29”, da Série de Classes de Contador, do Grupo Ocupacional de Contabilidade, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Gabinete de Diretoria Geral.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 79/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

revogar a pedido, o item II, do Decreto Legislativo número 390/76, que designa o funcionário ELOI MEZZADRI, matrícula número 365, para exercer as funções de Chefe de Gabinete da Liderança da ARENA.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 80/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

prover, ELOI MEZZADRI, matrícula número 365, ocupante do cargo de nível PL “26”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia para exercer o cargo em Comissão de Chefe de Gabinete da Diretoria

Geral, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 81/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo número 55/75, de 06 de fevereiro de 1975, na parte que se refere a designação de AIMORÉ OD ROCHA, matrícula número 384, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Finanças.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 82/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

prover, em comissão AIMORÉ OD ROCHA, matrícula número 384, ocupante do cargo de nível PL “28”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no cargo de Diretor do Departamento de Finanças, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 83/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo número 474/76, de 21 de junho de 1976, que designou o funcionário BLUMER BOSQUILIA, matrícula número 414, ocupante do cargo de nível PL “28”, da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Diretor do Departamento de Pessoal.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI — Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA — 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI — 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 84/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

prover, em comissão, o funcionário ALCEU ALVES PASSOS, matrícula número 112, ocupante do cargo de nível PL “23”, da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no cargo de Diretor do Departamento de Pessoal, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio “Dezenove de Dezembro”, em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI

Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA

1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI

2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 85/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

revogar os Decretos Legislativos números 342/73 e 304/74, na parte a que se refere ao funcionário FRANCISCO DRANKA, e os Decretos Legislativos números 57/75 e 607/76.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 86/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo número 55/75, de 06 de fevereiro de 1975, na parte que designa o funcionário ALBERTO CARAZZAI NETO, matrícula número 093, ocupante do cargo de Secretário de Comissão, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Diretor do Departamento Legislativo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 87/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

prover, em comissão, o funcionário FRANCISCO DRANKA, matrícula número 066, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Auxiliar Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no cargo de Diretor do Departamento Legislativo, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 88/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

revogar a pedido, o Decreto Legislativo número 584/75 e item II, do Decreto Legislativo número 506/75, na parte a que se refere ao funcionário LUCIANO LACERDA FILHO, art. I, do Decreto Legislativo número 596/75, e Decreto Legislativo número 537/75, na parte que se refere ao funcionário ALCEU ALVES PASSOS.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 89/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

prover, em Comissão, o funcionário LUIZ RUPPEL BITTENCOURT, matrícula número 050, ocupante do cargo de nível PL "30", da Série de Classes de Advogado, do Grupo Ocupacional de Direito, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no cargo de Tesoureiro Geral, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 90/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

exonerar a pedido, o funcionário RUBENS PADILHA MENDES, matrícula número 016, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, do cargo de Diretor do Gabinete de Assistência Técnica.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 91/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

prover em comissão, o funcionário OSIRES DE BRITTO, matrícula número 083, ocupante do cargo de Assistente Técnico, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, no cargo de Diretor do Gabinete de Assistência Técnica, percebendo as vantagens inerentes.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 92/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

revogar, a pedido, o Decreto Legislativo número 156/75, de 19 de março de 1975, na parte a que se refere a designação do funcionário MANOEL AGUIAR FILHO, matrícula número 399, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembléia, para exercer o cargo de Auxiliar de Gabinete da Liderança da ARENA.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 93/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

designar, o funcionário MANOEL AGUIAR FILHO, matrícula número 399, ocupante do cargo de nível PL "21", da Série de Classes de Oficial Legislativo, do Grupo Ocupacional Legislativo, do Quadro de Pessoal da Secretaria, para exercer as funções de Chefe da Divisão das Comissões, percebendo as vantagens inerentes ao cargo.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 08 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI – Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA – 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI – 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 94/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

Art. 1º - O Departamento de Finanças, com base no documento "Liberação de Cotas de Despesas - LCD", emitirá um cronograma de desembolso, mediante cotas globais nos elementos de despesas do Orçamento da Assembléia Legislativa do Estado para o corrente exercício.

§ 1º - As cotas globais serão levadas a crédito das dotações e os empenhos de despesas obedecerão os limites dos recursos programados.

§ 2º - A Contadoria Geral manterá controle dos subelementos em fichas analíticas com lançamentos cumulativos, em conformidade com a padronização mantida pelo Poder Executivo, através da Coordenadoria de Orçamento e Programação, ressalvadas os créditos e disposições mantidas por este Decreto.

Art. 2º - Para efeitos do disposto na Lei número 6639/74, os subelementos abaixo discriminados terão as seguintes dotações:

3.0.0.0 - DESPESAS CORRENTES

3.1.0.0 - DESPESAS DE CUSTEIO

3.1.1.0 - PESSOAL

3.1.1.1 - PESSOAL CIVIL

01 - VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS

01 - Subsídios 4.250.000

02 - DESPESAS VARIÁVEIS

01 - Subsídios variáveis dos Deputados 10.500.000

06 - Ajuda de Custo 4.000.000

Art. 3º - No orçamento da Assembléia Legislativa para o exercício de 1977, serão alocados créditos nos elementos e subelementos abaixo discriminados os quais terão as seguintes destinações e dotações:

SERVIÇOS DE TERCEIROS - 3.1.3.0 982.100

02 - Passagens, Transportes de Pessoal e de suas bagagens

a - Presidência	65.000	
b - 1ª Secretaria	65.000	
c - 2ª Secretaria	58.000	
d - 1ª Vice-Presidência	39.000	
e - 2ª Vice-Presidência	26.000	
f - 3ª Secretaria	26.000	
g - 4ª Secretaria	26.000	
h - Liderança da ARENA	26.000	
i - Liderança do MDB	26.000	
j - Liderança do Governo	26.000	
m - Administração ALEP	120.00	503.500

13 - Serviços de Alimentação

a - Presidência	20.000	
b - 1ª Secretaria	20.000	
c - 2ª Secretaria	15.600	
m - Administração ALEP	70.000	125.600

20 - Publicações e Propaganda

a - Presidência	90.000	
b - 1ª Secretaria	90.000	
c - 2ª Secretaria	78.000	
d - Administração ALEP	100.000	358.000

ENCARGOS DIVERSOS - 3.1.4.0 715.000

03 - Representações, Festividades, Recepções,

Hospedagens e Homenagens

a - Presidência	130.000	
b - 1ª Secretaria	130.000	
c - 2ª Secretaria	110.000	
d - 1ª Vice-Presidência	39.000	
e - 2ª Vice-Presidência	26.000	
f - 3ª Secretaria	26.000	
g - 4ª Secretaria	26.000	
h - Liderança da ARENA	26.000	
i - Liderança do MDB	26.000	
j - Liderança do Governo	26.000	
m - Administração da ALEP	150.000	715.000

SUBVENÇÕES SOCIAIS - 3.2.1.0 9.440.200

5.1 - Instituições Educativas e Culturais

a - Presidência	78.000	
b - 1ª Secretaria	78.000	
c - 2ª Secretaria	65.000	221.000

5.2. - Instituições de Assistência Social

a - Presidência	52.000	
b - 1ª Secretaria	52.000	
c - 2ª Secretaria	47.000	151.000

5.3. - Instituições de Saúde Pública

a - Presidência	52.000	
b - 1ª Secretaria	52.000	
c - 2ª Secretaria	47.000	151.000

6.1. - Assistência Social

a - Presidência	78.000	
b - 1ª Secretaria	78.000	
c - 2ª Secretaria	65.000	
d - 1ª Vice-Presidência	30.000	
e - 2ª Vice-Presidência	20.000	
f - 3ª Secretaria	20.000	
g - 4ª Secretaria	20.000	
h - Liderança da ARENA	20.000	
i - Liderança do MDB	20.000	
j - Liderança do Governo	20.000	
l - Administração - Deputados	8.125.000	8.496.000

6.4 - Bolsas de Estudos

1 - Administração - Deputados	421.200	421.200
---	---------	---------

§ 1º - Caberá aos Titulares dos Gabinetes, dotados neste Artigo determinar os pagamentos, diretamente ao Departamento de Finanças, ficando, contudo, responsáveis pelos mesmos.

§ 2º - Aos Deputados é assegurado o direito de requerer ao Primeiro Secretário, até os montantes abaixo discriminados, os quais correrão à conta de dotação da "Administração - Deputados (I)".

a - Assistência Social	150.000	
b - Bolsa de Estudos	7.800	157.800

§ 3º - Fica o Deputado responsável pelas despesas requeridas à conta dos montantes a ele assegurados.

§ 4º - Só serão registrados os processos que estiverem em condições de contabilização no Departamento de Finanças até o dia 16 de dezembro de 1977.

§ 5º - Os saldos dos créditos assegurados neste artigo, reverterão à conta da "Administração - ALEP (m)" e posteriormente estornados à conta da dotação original.

Art. 4º - Os créditos dos Deputados para atender a Assistência Social serão controlados pela Coordenadoria de Execução de Assistência Social.

§ 1º - Os empenhos relativos à Assistência Social, assegurados aos Deputados obedecerão a legislação de adiantamentos, englobando-se, para este efeito as parcelas liberadas no exercício.

§ 2º - O Coordenador de Execução de Auxílios Sociais terá incumbência de processar os auxílios, atendendo determinação do Deputado e autorização do Primeiro Secretário, de acordo com o disposto na Resolução número 19/69.

§ 3º - A Coordenadoria de Execução de Auxílios Sociais poderá manter numerário em caixa para atendimento a donativos pessoais, em consonância com o disposto na Resolução número 19/69, os quais não poderão ultrapassar a Cr\$ 400,00 (Quatrocentos cruzeiros), pro processo.

§ 4º - Após o encerramento, a Coordenadoria manterá processos de prestação de contas, individualizando cada Deputado, enviando a Comissão de Tomada de Contas, que aprovando-os, determinará o recolhimento dos saldos à conta especial, para devolução ao Tesouro Geral do Estado, autorizando a baixa de responsabilidade em Contabilidade.

Art. 5º - Os créditos dos Deputados para atender Bolsas de Estudos serão controlados pela Coordenadoria de Execução e Assistência Social.

§ 1º - Será feito um adiantamento a encargo da Coordenadoria de Execução de Assistência Social, a qual a requerimento de Deputado, a autorização do Primeiro Secretário providenciará o processamento.

§ 2º - Para serem concedidas as bolsas de estudos deverão preencher os seguintes requisitos:

- a) para as entidades em pleno funcionamento;
- b) importância máxima de Cr\$ 1.300,00 (hum mil e trezentos cruzeiros), por beneficiado, podendo atender parte da anuidade.
- c) o beneficiário deverá ter necessidade de ajuda, comprovado em

processo ou atestado pelo Deputado.

d) para concessão de nova bolsa o beneficiário deverá comprovar o aproveitamento da anterior.

§ 3º - Os pagamentos serão feitos através de ordem de crédito bancário aos estabelecimentos de ensino, sendo providenciado pela Coordenadoria um atestado de crédito feito, o qual deverá ser entregue ao Deputado.

§ 4º - As bolsas de estudos deverão ser destinadas até o dia 31 de agosto de 1977.

§ 5º - Após o encerramento do prazo do parágrafo anterior a Coordenadoria providenciará uma prestação de contas à Comissão de Tomada de Contas, que aprovado determinará baixa de responsabilidade e recolhimento de saldo, se houver.

Art. 6º - O pagamento de todos os auxílios ou subvenções, res-salvados os de Assistência Social que atenderá disposições do Art. 4º deste Decreto e Resolução número 19/69, serão pagos através de ordens de crédito, ficando a Tesouraria responsável pela emissão de atestado de crédito que será entregue ao Titular do crédito ou Deputado requerente ou ainda autoridade ordenadora.

Parágrafo único - A entidade beneficiada com auxílio ou subvenção, para serem aquinhoadas no exercício seguinte deverão prestar contas à Comissão de Tomada de Contas de acordo com o disposto na Resolução número 19/69.

Art. 7º - Para efeitos de padronização e interpretação, as rubricas desdobradas analiticamente neste Decreto, atenderão além do disposto no § 2º do Art. 1º, respectivamente, as seguintes despesas:

I - 3.1.3.0.02 - Passagens, Transportes de Pessoas e de suas bagagens: transportes de pessoas e de suas bagagens, bem como, as despesas de combustíveis e lubrificantes com carros oficiais quando em viagem ao interior, conforme consta determinação em Ordem Interna de Serviço da Comissão Executiva de 14 de março de 1973.

II - 3.1.3.0.14 - Serviços de Alimentação - fornecimento de alimentos e refeições avulsas a funcionários e visitantes.

III - 3.1.3.0.21 - Publicação e Propaganda - decorrentes de publicação junto a jornais, revistas etc.

IV - 3.1.4.0.03 - Representações, Festividades, Recepções, Hospedagens - representações, festividades, hospedagens pela Assembleia Legislativa e Deputados a visitantes, bem como despesas com presentes em função representativa dos Deputados.

V - 3.2.1.5.1 - Instituições Educativas e Culturais - com auxílio ou contribuição a instituições que colaborarem com o erguimento da educação e cultura do povo.

VI - 3.2.1.5.2 - Instituições de Assistência Social - com auxílio ou contribuição a instituições de caráter filantrópico que visem e objetivem a assistência social.

VII - 3.2.1.5.3 - Instituições de Saúde Pública - com auxílio ou contribuição a instituições que colaborem direta ou indiretamente para melhorarem as condições de saúde e higiene do povo.

VIII - 3.2.1.6.1 - Assistência Social - com a concessão de auxílios materiais às pessoas pobres, pagamento de instrução a operários, a filhos de operários, assistência farmacêutica, odontológica, médica a indigentes, fornecimento de transportes a necessitados e desajustados, bem como, as previstas na Resolução número 19/69.

IX - 3.2.1.6.5 - Bolsas de Estudos - para concessão de bolsas de estudo, conforme regulamentação deste Decreto.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de março de 1977.

(a) IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 95/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do processo protocolado sob o número 016, de 03 de fevereiro de 1977, deste Poder,

RESOLVE:

I - retificar "ex-officio", o item II, do Decreto Legislativo número

492/72, de 12 de outubro de 1972, para declarar que a incorporação de tempo, concedida pelo mesmo, correspondente ao segundo decênio, ao acervo de serviço público de JOSÉ ROSA FILHO, matrícula número 340, ocupante do cargo de nível PL "22", da Série de Classes de Oficial de Serviços Gerais, do Grupo Ocupacional de Atividades Gerais, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, está compreendido entre 14 de fevereiro de 1969 e 14 de dezembro de 1968, antecipado em razão das férias referentes ao ano de 1963, contadas em dobro, e não como consta naquele ato.

II - retificar "ex-officio", o Decreto Legislativo número 148, de 24 de março de 1976, para declarar que a incorporação de tempo concedido pelo mesmo, correspondente ao quinto quinquênio, está compreendido entre 14 de dezembro de 1968 e 14 de agosto de 1974, antecipada em razão da incorporação correspondente ao segundo decênio e das férias referentes aos anos de 1970 e 1971, contadas em dobro, e não como consta naquele ato.

III - mandar contar, para todos os efeitos legais, nos termos do Art. 150, da Lei 6174, de 16 de novembro de 1975, o tempo de dois (02) meses, correspondente ao dobro das férias referentes ao ano de 1976, que deixou de gozar.

IV - mandar incorporar, para todos os efeitos legais, de acordo com o Art. 248, da citada Lei número 6174, ao seu acervo de serviço público, o tempo de seis (06) meses, correspondente ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não se haver afastado do exercício de suas funções durante o sexto quinquênio, compreendido entre 14 de agosto de 1972 e 14 de junho de 1976, antecipado em razão da incorporação correspondente ao quinto quinquênio e das férias relativas aos anos de 1972, 1973, 1974 e 1975, contadas em dobro; e,

V - conceder o adicional de mais cinco por cento sobre seus vencimentos, de acordo com o Art. 171, da mesma Lei, a partir de 27 de agosto de 1976, data em que, em razão da incorporação correspondente ao sexto quinquênio, completou trinta e um (31) anos de serviço público, computados para todos os efeitos legais, perfazendo um total de dez por cento.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2º Secretário

DECRETO LEGISLATIVO NÚMERO 96/77

A COMISSÃO EXECUTIVA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

I - revogar a pedido, o Decreto Legislativo número 79/75, de 21 de fevereiro de 1975, que designou o funcionário JOSÉ SUPPLY DE LACERDA, para exercer o cargo de Chefe do Serviço Odontológico; e,

II - designar, DARCI KLIEMANN, matrícula número 493, ocupante do cargo de nível PL "29", da Série de Classes de Cirurgião Dentista, no Grupo Ocupacional de Odontologia, do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para exercer o cargo de Chefe do Serviço Odontológico.

Palácio "Dezenove de Dezembro", em 11 de março de 1977.

(aa) IVO THOMAZONI - Presidente

QUIELSE CRISÓSTOMO DA SILVA - 1º Secretário

JOSÉ DOMINGOS SCARPELINI - 2º Secretário

PORTARIA:

PORTARIA NÚMERO 76/77

O DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições

RESOLVE:

designar, os funcionários JOSÉ JOAQUIM, matrícula número 598, ocupante do cargo de Secretário de Comissão e ANTÔNIO CARLOS LACERDA, matrícula número 603, ocupante do cargo de nível PL "27", da Série de Classes de Redator, do Grupo Ocupacional de Redação e Divulgação, ambos do Quadro de Pessoal da Secretaria desta Assembleia, para prestarem serviços no Gabinete da Diretoria Geral.

Gabinete da Diretoria Geral, em 10 de março de 1977.

(a) FAUSTO LUIZ ABRY - Diretor Geral